

ELEIÇÕES

Esforço para pular barreira

Legendas menores traçam estratégias para, em outubro, superar a cláusula para pleitos proporcionais

» RAPHAEL FELICE

A poucos meses da primeira eleição majoritária e proporcional para deputados federais e estaduais sem a possibilidade de fazer coligações, cada partido ou federação terá de atingir uma maior parcela da cláusula de barreira. Isso se quiser continuar recebendo verbas do Fundo Partidário e manter o espaço destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na tevê.

Em 2 de outubro — quando se realizará o primeiro turno —, as legendas precisarão atingir 2% dos votos válidos, distribuídos em 1/3 das unidades da Federação, com mínimo de 1% dos votos em cada uma delas. Ou terão de eleger 11 deputados federais em pelo menos nove estados brasileiros — incluído aí o Distrito Federal.

Diante desse obstáculo, legendas menores que estão próximas da cláusula traçam estratégias para pular a barreira e evitar o rumo à irrelevância ou à extinção. O Novo, por exemplo, mira superar os 2% dos votos válidos em nove estados com pelo menos 1% dos votos em cada um. O presidente do partido, Eduardo Ribeiro, afirma que a legenda está otimista.

“O foco vai ser buscar 2% dos votos nacionais. Nosso desempenho de 2018 nos daria a cláusula de barreira para 2026. São eleições diferentes, mas o que nos deixa otimistas é que nossas chapas estão mais fortes do que em 2018, algumas, aliás, concorrendo à reeleição. No Sul e no Sudeste o Novo é mais forte e vamos buscar espaço no Norte e Nordeste, onde temos bons quadros que podem surpreender”, explicou.

Cálculos

O PSol e a Rede decidiram formar uma federação partidária para afastar o fantasma da cláusula. Assim, colocaram quadros conhecidos pelo eleitorado para disputar uma cadeira da Câmara dos Deputados, como Guilherme Boulos (PSol) — já em pré-campanha — e a ex-senadora Marina Silva (Rede) — que também avalia disputar uma vaga na Casa. A expectativa da federação PSol-Rede é eleger aproximadamente 20 parlamentares.

Quem adota estratégia semelhante é o PTB. A legenda se

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Boulos é uma das estrelas do PSol que disputará uma cadeira na Câmara dos Deputados e pode puxar votos para que partido supere barreira



Em 2018, nós conseguimos 10. Agora, segundo nosso cálculo, no mínimo a gente vai eleger de 16 a 18. Acredito em um mínimo de 18 e um máximo de 25 deputados em outubro”

Kassyo Ramos, presidente em exercício do PTB

reforçou com nomes conhecidos na política e em setores empresariais — como Antônio Galvan (MT), presidente da Aprosoja Brasil; Paola Daniel (RJ), mulher do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ); e o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (SP).

Na avaliação do presidente em exercício do PTB, Kassyo Ramos, o partido deve eleger pelo menos 16 deputados federais. “Em 2018, nós conseguimos 10. Agora, segundo nosso cálculo, no mínimo a gente vai eleger de 16 a 18. Acredito em um mínimo de 18 e um máximo de 25 deputados em outubro”, frisou.

Durante um curso de capacitação de pré-candidatos do Solidariedade, o vice-presidente nacional do partido, Jefferson Cori-teac, explicou que o partido não fez federações, fusões ou coligações nacionais por acreditar que pode cumprir os requisitos impostos pela legislação. “Este ano

é decisivo, pois é o primeiro que será feita uma eleição majoritária e proporcional a nível federal e estadual na qual não existirão as coligações. Nós do Solidariedade não fizemos federações, fusões ou coligações porque, realmente, acreditamos em nossos candidatos para conquistar os votos necessários e cumprir a cláusula”, observou.

Vereadores

A possibilidade de não conseguir cumprir o que está previsto na norma também fez com que os partidos olhassem a possibilidade de os vereadores, que já têm base eleitoral nas cidades pelas quais foram eleitos, abandonarem os postos para disputar uma vaga no Congresso.

O PTB é um dos partidos que vê com bons olhos essa migração. Mas não há uma determinação ou pressão para que os ocupantes dos cargos do Legislativo

municipal disputem uma vaga na Câmara.

“Não precisamos que os vereadores venham (disputar a corrida pela Câmara dos Deputados), mas é lógico que a gente quer. A gente conseguiu, em alguns estados, montar nominatas que cheguem nessa conta de, no mínimo, 18 deputados federais. Assim, os vereadores, se vierem, que seja por livre e espontânea vontade. Mas não tem essa pressão”, garantiu Kassyo.

Já no Novo, os vereadores que estão em primeiro mandato não podem disputar as eleições à Câmara. Segundo o presidente da sigla, quem foi eleito assinou um termo de compromisso que o obriga a cumprir o mandato até o final.

“No Novo, não podem disputar as eleições ao Congresso, apenas vereadores em segundo mandato. Abrimos exceção apenas para os que já foram reeleitos”, observou Eduardo Ribeiro.

ORÇAMENTO

Especialistas pedem reforma contra crises

Especialistas da área fiscal dizem ser urgente uma reforma do Orçamento, diante dos recentes escândalos — como, por exemplo, o chamado Orçamento secreto. Recursos que deveriam financiar políticas públicas para quem mais precisa são direcionados a redutos eleitorais do Centrão e distribuídos sem qualquer critério técnico, o que abre brechas a esquemas de corrupção.

Acadêmicos, economistas, líderes políticos e advogados especializados em contas públicas afirmam, em uníssono, que é preciso uma reforma concreta do Orçamento. As mudanças para facilitar a aplicação dos recursos federais no que é mais importante, contudo, enfrentam obstáculos como os interesses “parciais” de “curtíssimo prazo” e os dribles eleitores do Legislativo e do Executivo nos mecanismos de controle do dinheiro público.

O diretor-executivo interino do Instituto Fiscal Independente do Senado do Senado (IFI), Daniel Couri, chama a atenção para o excesso de dispositivos. Cada parlamentar pode apresentar 25 emendas individuais, instrumento que pode ser definido sob critério eleitoral. “Tem milhares de emendas sendo apresentadas sem direcionamento estratégico, sem seguir prioridade específica ou orientação temática”, critica, ressaltando que a “fragmentação decisória” e a falta de “orientação estratégica” atingem em cheio os investimentos, que já são pequenos.

O advogado Romero Arruda, assessor de orçamento com atuação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso, defende que o Legislativo leve em conta os apontamentos técnicos de diversos órgãos que indicam prioridades para alocação de recursos. “O Brasil precisa admitir que é carente de análise de políticas públicas e, quando consegue analisar, com técnicos de diversos órgãos do governo ou apoio do Tribunal de Contas da União, por exemplo, a conclusão quase sempre conta uma história de resultados parcos por falta de sustentação da política no longo prazo e por planejamento equivocado”, diz.

Prioridades

Na avaliação de Éliada Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo e professora da Fundação Getúlio Vargas, uma reformulação normativa das finanças públicas é urgente para que o planejamento do gasto reflita as prioridades nacionais. “Voltamos a viver sob a égide de mais um ciclo de coronelismo, enxada e voto: cofre das graças no Orçamento secreto e poder da desgraça contra os entes subnacionais e contra o custeio racionalmente planejado dos direitos fundamentais”, afirma.

O mau uso do dinheiro público atinge a estrutura do tecido social do Brasil. Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Irapuã Santana alerta que o Orçamento deveria aplicar recursos no combate à desigualdade racial. “A política fiscal adotada pelo Estado brasileiro é responsável pelo quadro de desigualdade racial, ao passo que a omissão estatal na adoção de políticas públicas de enfrentamento a essas desigualdades constituem violações ao pacto constitucional”, aponta.

A cientista política Beatriz Rey, estudiosa do funcionamento do Legislativo norte-americano, explica que nos Estados Unidos cada deputado pode apresentar 15 emendas neste ano, com valor variável e dentro de especificações. “Cada deputado abre uma espécie de processo seletivo, no qual várias entidades daquele distrito eleitoral se inscrevem. São selecionadas as propostas com maior impacto socioeconômico. Nas propostas, os congressistas precisam anexar documentos provando que nem eles nem suas famílias têm interesse econômico no projeto”, observa.

OBITUÁRIO

Antônio Augusto Cançado Trindade, jurista, 74 anos

O jurista Antônio Augusto Cançado Trindade morreu, ontem, em Brasília, aos 74 anos. Professor do Instituto Rio Branco, atuou como consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores (MRE) entre 1985 e 1990. Foi também presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, além de ter sido integrante da Corte Permanente de Arbitragem e da Corte Internacional de Justiça.

Cançado Trindade era mineiro de Belo Horizonte. Graduiu-se em direito, em 1969, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Conquistou mestrado e doutorado em direito internacional, respectivamente, em 1973 e 1978, ambos na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Atuou, também, como professor de direito internacional na Universidade de Brasília (UnB).

Desde 2014, era patrono do Tribunal Internacional Estudantil (TRI-e), que simula a atuação de uma Corte Internacional para a resolução de questões controversas do direito internacional. O jurista também foi presidente de honra do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos.

O MRE afirmou que Cançado foi um dos mais brilhantes e dedicados juristas que passaram

pelos quadros do Itamaraty. “O Ministro de Estado e os funcionários do Ministério das Relações Exteriores, admiradores das qualidades pessoais e profissionais do professor Cançado Trindade, expressam a seus familiares os mais sentidos pêsames, com a certeza de que a memória do professor seguirá viva, em suas obras, em suas ideias e em todas as pessoas que inspirou com seu exemplo”, disse a pasta, por meio de nota.

Ainda segundo o MRE, “ao longo de sua carreira, o professor Cançado Trindade prestou inestimável colaboração ao Itamaraty, ao Brasil e ao direito internacional. Em sua trajetória, permaneceu fiel a seus ideais e, com determinação incansável, deixou como legado uma maior humanização do direito internacional”.

O professor também teve uma intensa trajetória pela imprensa. Foi colaborador do **Correio Braziliense** e muitas vezes apresentou comentários em reportagens e análises conjunturais nos artigos publicados no jornal.

No Supremo

A morte do ex-presidente de Cançado Trindade foi lamentada por ministros do Supremo

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Cançado Trindade era conhecido por ser, sobretudo, um humanista

Tribunal Federal (STF), como o presidente da Corte, Luiz Fux. De acordo com o magistrado, o Brasil perdeu um “humanista por vocação”.

“O professor Cançado Trindade era um dos principais nomes brasileiros na prática e na doutrina do Direito

Internacional, concentrando seus estudos principalmente no ramo dos direitos humanos, área na qual se tornou uma referência mundial”, disse o ministro, por meio de nota. “As lições e as inspirações deixadas pelo professor e jurista são um legado valioso para o Brasil,

para a Suprema Corte e para o direito brasileiro”, acrescentou.

O ministro Gilmar Mendes, decano do STF, usou o Twitter para homenagear o jurista. “Recebo com pesar a notícia do falecimento de Antônio Cançado Trindade, professor, ex-presidente da CIDH e juiz da Corte Internacional de Justiça. Defensor dos direitos humanos, deixa um grande legado para o Direito Internacional”, tuitou.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que foi presidida por Cançado Trindade, considerou a morte uma “irreparável perda”. O presidente da instituição, o magistrado Ricardo Pérez Manrique, também ressaltou a importância do brasileiro para a instituição.

“Sempre colocou as vítimas das violações dos direitos humanos no centro de toda atuação internacional. Sua liderança foi decisiva para a consolidação do Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos. Além disso, como professor e jurista, formou e inspirou a milhares de estudantes e profissionais. A Corte IDH sempre será sua casa, sua inteligência, sabedoria e simplicidade são uma fonte de inspiração para todos nós”, homenageou. (RF)